
Significado de Avaliação Para Mães de Uma Escola Estadual da Região Central de São Paulo

A Relação Escola-Família

A Escola é tida pelos estratos populares como o único meio de acesso às camadas superiores, e tanto a própria instituição escolar como as aprendizagens que lá se adquirem são muito valorizadas (MOREIRA DE CARVALHO, in: BORSOTTI, 1985, p. 221). Segundo Vanilda PAIVA:

*"os trabalhadores parecem se dar conta, bem melhor do que os intelectuais, de que a escola lhes oferece não somente a ideologia dominante, **mas também os instrumentos úteis à sua sobrevivência e até mesmo à sua liberação.**"*
(in: CAMPOS, 1992, p. 75).

Daí os movimentos populares de lutas por vagas iniciados na década de 50 e atendidos pelo Estado que lhes deu as vagas, porém de má qualidade. Na década de 60, com o regime autoritário, esses movimentos foram reprimidos. Como diz CAMPOS (1985, p. 86), referindo-se a dados relativos a São Paulo:

*"(...) a **contenção das formas de expressão da vontade popular coincide com uma visível contenção nas taxas de expansão da rede pública estadual.**"*

Os anos 80 foram marcados pelo confronto entre a Escola e os movimentos sociais urbanos. Este confronto ocorre na luta por vagas, mas, em algumas comunidades, a reivindicação por qualidade de ensino também se faz presente, em função da consciência crítica trazida pelo próprio movimento de luta (CAMPOS, 1985).

A própria luta por melhores condições de ensino define a Escola como instrumento de ascensão social. E, embora seja esse o discurso oficial da Escola, seus objetivos e práticas pedagógicas nem sempre consideram a realidade das crianças vindas dos estratos populares, conspirando em favor do fracasso desse segmento do alunado.

No entanto, e apesar do exposto, esta Escola é valorizada, e mais: tem a legitimação do seu processo de avaliação e suas decisões delineiam as trajetórias das crianças nas oportunidades de trabalho e no acesso a bens e serviços. Sua avaliação do desempenho da criança constela um juízo de valor aceito pela família e pela própria criança.

Até mesmo as crianças de rua percebem e assimilam o discurso da Escola como meio de ascensão social, bem como desejam uma qualificação profissional que deve passar pela Escola, mas

"(...) de forma clara, ou nebulosa, a visão de que este projeto é impossível acaba sempre aparecendo em razão de sua falta de atributos para frequentar a escola." (TEIXEIRA, 1992, p. 28).

Ao se considerar sem atributos para continuar na Escola, a criança confere legitimidade aos objetivos do processo de ensino, às técnicas pedagógicas e ao próprio processo de avaliação propostos pela Escola. E é nessa legitimação do fracasso que os sistemas educacionais reproduzem a ordem social (BORSOTTI, 1982).

A legitimação do processo de avaliação é sintetizada por BORSOTTI (1982) de forma muito clara:

"A avaliação que a escola faz do rendimento das crianças é um formidável mecanismo massivo, institucionalizado e legitimado, mediante o qual se distribuem sanções (positivas ou negativas) que condicionam as trajetórias vitais dos indivíduos e, a partir delas, definem os penes dos distintos estratos sociais e reproduzem e legitimam as relações associadas à diferenciação social. "

Com certeza, nem todos estão conscientes desse mecanismo do qual fazem parte. Mas a população - mais especificamente as mães, que recebem da sociedade a incumbência da educação dos filhos - pode sentir uma inquietação com o desenrolar de um processo que acarretará a definição de uma trajetória não-desejada para seu filho.

Com o intuito de conhecer o significado de avaliação escolar para mães de crianças de uma Escola estadual da região central de São Paulo, foram feitas entrevistas semiestruturadas nas quais se solicitou às mães que expressassem suas idéias sobre avaliação. A seguir, apresentaremos os resultados e sua análise.

Como as Mães Vêm a Avaliação do Rendimento Escolar

CONCEITUAÇÃO DE AVALIAÇÃO

Para algumas mães, o conceito, embora não seja expresso, aparece associado à atividade do professor no sentido de reforço da aprendizagem - via lição de casa - e de acompanhamento das tarefas. A nota aparece como a definição do nível de aprendizagem.

Outras mães definem avaliação como "uma prova, um rendimento de um aluno na sala de aula", "o aproveitamento de um aluno dentro da sala de aula, com matéria", "responder questionário, ler e copiar texto, e a professora fazer chamada com leitura oral". Esperam um acompanhamento por parte da professora; as notas são uma definição do rendimento do aluno.

CONDIÇÕES PARA UMA AVALIAÇÃO EFETIVA

- Associação entre avaliação e condições de ensino que garantam a aprendizagem

Todas as mães associam o rendimento dos alunos ao interesse e à dedicação das professoras, bem como ao interesse pela matéria e à natureza desta - citam "as que saem da rotina" como as geradoras de maior interesse nos alunos.

A professora é a grande responsável pelo rendimento dos alunos. A expectativa deles é que elas não gritem, não faltem, expliquem bem a matéria, ficando atentas aos que, por timidez, possam não estar acompanhando, mas não o demonstrem. Esperam que as professoras dêem bastantes tarefas de reforço e verifiquem sistematicamente o desempenho nessas atividades; além disso, que as professoras estejam atentas para cobrar apenas o que deram de matéria e que possam "sentar e conversar com os alunos".

Ainda com relação às condições de ensino, apontam para a necessidade de se considerar a etapa de desenvolvimento das crianças e dos adolescentes no planejamento das atividades escolares: "São crianças e adolescentes interessados em 'outras' coisas, estão 'descobrimdo-se', estão agitados e se dispersam"; "Não assumem responsabilidade, precisa cobrar".

Essas mães consideram natural e necessário o acompanhamento em casa: "Se a gente não ajudar não vai", "Eu cobro", "Eu ensino o que sei, o que não sei peço para o meu marido quando ele chega".

Finalmente, as mães ressaltam também a necessidade de disciplina e respeito mútuo entre professores e alunos, como condição efetiva de ensino.

- Participação dos pais no processo de avaliação

Esperam da Escola um tipo de organização que permita mais contato com os pais, através de reuniões em que possam saber sobre o rendimento dos filhos, assim como um registro, boletim.

CRÍTICAS APONTADAS PELAS MÃES AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Ao apresentarem suas expectativas quanto a situações desejáveis de ensino, a fim de garantir uma avaliação justa, apontam para vários itens a que a Escola não está atendendo.

Quanto às atividades, indicam que as planejadas e implementadas, e da forma como o são, principalmente a partir da 5ª série, não se adequaram às crianças como os seus filhos - que não gostam de atividades monótonas e sem sentido (ou cujo sentido não lhes fica claro) e que nem sempre sabem o significado de um "D" ou "E" de avaliação, a não ser que representem algo ruim.

Dado o grande número de faltas, apontam para a deficiência da Escola em providenciar professoras substitutas, o que prejudica muito o processo de aprendizagem dos seus filhos.

Queixam-se ainda da forma como a Escola apresenta aos pais o resultado do trabalho dos filhos: "Temos que sair correndo de uma classe para outra para ter a nota dos filhos"; "Não tem nem uma cadeirinha um boletim".

Algo que não aparece como crítica, embora denuncie um ensino deficiente, é o depoimento de mães que se desculpam por não acompanhar os estudos dos filhos devido à sua escolaridade insuficiente, ou o fato de trabalharem ou terem mais filhos menores. Para elas, o sucesso dos filhos é uma questão de "sorte", da existência de uma professora "que pegue no pé".

Comentários Finais

Embora a avaliação expressa num "conceito" ou "nota" pareça para as mães um fato inelutável, elas fazem uma associação do processo de avaliação ao de ensino e apontam algumas condições para um ensino eficiente. A falta dessas condições prejudica, segundo elas, o rendimento do aluno, ficando implícito o seguinte questionamento: "Como se pode avaliar o rendimento de um aluno, se não lhe foram dadas condições mínimas para assimilação e retenção do conteúdo?". Apesar dessas críticas, no entanto, a Escola segue avaliando, como se estivesse dando as condições de aprendizagem.

Uma das condições que a Escola impõe é o acompanhamento feito pelas famílias. As crianças que não dispõem desse atendimento em casa ficam, porém, prejudicadas. Isso significa que elas chegam em casa sem o processo de aprendizagem completo; mas, nem a Escola nem a família assumem isso e, na avaliação final, é julgada por incompetência primeiramente a criança e, depois, a família - que, no caso, assume a culpa, já que tem responsabilidade pela criança.

Paradoxalmente, no entanto, os pais estão afastados do processo de avaliação, pois têm de sair correndo atrás dos professores para saberem ao menos as notas obtidas pelos filhos. As notas altas são, por sua vez, auto-explicativas, mas as baixas não dizem nada - e é isso o que os pais querem saber quando solicitam maior participação no processo de avaliação.

Deixar a complementação do ensino para a família é eximir-se da responsabilidade pelo desenvolvimento socioeducacional da criança e do adolescente. Ora, quanto mais

baixo o nível instrucional da família, menos condições ela pode oferecer para tal desenvolvimento e, neste caso, mais a Escola deve assumir essa função.

Em pesquisa sobre meninos e meninas de rua (ALVES, 1991), observou-se que é das famílias com "maior incidência de pais analfabetos, desempregados e com menor poder decisório..." (p. 125) que provém os meninos de rua. Estes abandonam primeiro a Escola - onde geralmente apresentam problemas de disciplina e rendimento - e depois a família. Como diz ADORNO (1992, p. 133):

"É nesse horizonte que se pode falar de socialização incompleta, cujo efeito é *desequilibrar* o curso regular da formação do caráter e da *identidade dos* jovens."

Deixar para a família a complementação do ensino, principalmente nas camadas sociais empobrecidas, é buscar uma convivência no processo de exclusão da criança da Escola. Como sugere ALVES (p. 126):

"(...) as políticas que se ocupam da questão *do* menor devem centralizar seus esforços em *dois* aspectos: a prevenção da evasão escolar e o apoio às famílias".

As famílias sentem, ou pressentem, que uma Escola autoritária, "(...) um espaço sóbrio, destituído de emoções e de atrações lúdicas, espaço desinteressante e desmotivador(...)" (ADORNO, 1992, p. 129) acena sempre com a possibilidade de exclusão de seus filhos -principalmente os das classes populares -, matando, assim, o sonho de ascensão social.

O que as famílias solicitam das escolas é, por um lado, que estas lhes dêem maior espaço de participação e, por outro, que cumpram a sua parte no processo educacional. As famílias estão conscientes da necessidade de melhoria das condições de ensino. Não são muitas as comunidades que se organizam em movimentos reivindicatórios - mas a consciência existe.

Referências Bibliográficas

ADORNO, Sérgio. A socialização incompleta: os jovens delinqüentes expulsos da escola. In: SEVERINO, Antônio J. et al. Sociedade civil e educação. Campinas: Papyrus, 1992. (Coletâneas CBE).

ALVES, Alda J. Meninos de rua e meninas de rua: estrutura e dinâmica familiar. In: . O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Cortez, 1991.

- BORSOTTI, Carlos A., BRASLAVSKI, Cecília B. Hacia una teoria dei fracasso escolar em famílias de estratos populares. In: MADEIRA, Felícia R., MELLO, Guiomar N. (orgs.). *Educação na América Latina: os modelos teóricos e a realidade social*. São Paulo: Cortez, 1985.
- CAMPOS, Maria M. Escola e participação popular. In: MADEIRA, Felícia R., MELLO, Guiomar N. (orgs.). *Educação na América Latina: os modelos teóricos e a realidade social*. São Paulo: Cortez, 1985.
- . As lutas sociais e a educação: In: SEVERINO, António J. et al. *Sociedade civil e educação*. Campinas: Papyrus, 1992. (Coletâneas CBE).
- TEIXEIRA, Maria C.S. Escola: exclusão e representação. Revista da *Faculdade de Educação*, São Paulo, v. 18, n.1, p. 20-32, 1992.